

VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais
– A Questão Social no Novo Milênio – 16-18 de Setembro de 2004,
Universidade de Coimbra, Portugal

Duas décadas do fenômeno de kassegui : reflexões sobre a necessidade de uma agenda social transnacional

Edson Ioshiaqui Urano¹

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as transformações no processo migratório dos migrantes brasileiros ao Japão, tendo em mente o seguinte eixo: prolongamento da estada no país receptor, marginalização no mercado de trabalho e a necessidade de reflexão sobre uma agenda social transnacional para abarcar a complexidade dos problemas que este movimento tem gerado. Como não será possível exaurir a totalidade dessas demandas em poucas páginas, a discussão será centrada em três pontos : 1. a formação de espaços sociais transnacionais, de famílias transnacionais 2. Usos flexíveis da força de trabalho e movimento circular dos migrantes 3.as novas tendências do mercado de trabalho dos brasileiros no Japão e a questão da inclusão no Seguro Social japonês.

O movimento migratório dos descendentes japoneses ao Japão, que se iniciou em meados da década de 80, tem assumido contornos de um processo de fixação um tanto quanto ambíguo. A recessão da economia japonesa que se arrasta desde a década de 90, tem paulatinamente achatado os níveis salariais da massa trabalhadora em geral e também dos migrantes brasileiros. Mesmo os recentes indícios de recuperação econômica do Japão, embora conduzam a um aumento no volume de ofertas de trabalho, não parecem apontar para uma melhora das condições de trabalho destes migrantes. Ao contrário, o incessante esforço de enxugamento dos processos de produção e de custos apontam para uma instabilidade ainda maior do emprego. Devido a fatores como a constituição das famílias no país receptor, o surgimento de novas gerações de brasileiros em terras nipônicas, o fortalecimento de um sistema migratório e de um espaço vital de natureza transnacional, os migrantes,

¹ O autor é pesquisador de pós-doutorado no departamento de Sociologia da Universidade Hitotsubashi, Tokyo. E-mail NQL38445@nifty.com

mesmo locados e pressionados para o bojo da periferia do mercado de trabalho, têm reforçado seus planos de estada e, ao mesmo tempo, alimentado o movimento pendular entre os dois países.

Por outro lado, questões fundamentais como a seguridade social, precarização da situação no mercado de trabalho, continuidade educacional das crianças brasileiras, continuam quase que intocadas. Por exemplo, a grande maioria dos trabalhadores brasileiros não está inscrito no sistema de seguridade social japonês, quer por indisposição das empresas empregadoras, quer por indisposição de parte dos trabalhadores por considerarem a sua estada no Japão como sendo sumamente temporária.

A alocação extremamente flexível da mão-de-obra brasileira também carece de uma contrapartida em termos de aparatos legais efetivos que restrinjam a instabilidade empregatícia dos mesmos. Há um processo de acirramento dessa instabilidade, com a agudização do enxugamento dos processos produtivos e adequação do uso da força de trabalho a este processo em curso.

Este artigo é uma tentativa de identificar e analisar algumas das demandas sociais específicas que este processo migratório sugere, tendo como *background* dezenas de depoimentos colhidos ao longo de mais de 10 anos de atividades de pesquisas de campo realizada pelo pesquisador junto à comunidade brasileira no Japão em regiões como a província de Aichi, Gunma, Okayama e Miyagi.

Entre décadas perdidas

O Brasil viveu, na década de 80, um processo de abertura política com a redemocratização do país e, ao mesmo tempo, um aprofundamento das fragilidades da economia, com o acirramento do processo inflacionário e estagnação da economia. Neste contexto, houve também um arrefecimento das possibilidades de ascensão social para uma grande parcela da população. O que não foi diferente para os descendentes de japoneses no Brasil. Começara a surgir, assim, em meados da décadas de 80 (Fujizaki, 1992), um movimento de retorno dos migrantes japoneses e seus filhos com dupla nacionalidade para o Japão. A migração constituiu uma opção para fugir dos efeitos da 'década perdida' brasileira em direção ao Japão, que viveria também sua década de estagnação econômica nos 90.

Este processo foi impulsionado posteriormente pelas reformas na Lei de Imigração japonesa aprovadas em junho de 1990, que tornaram possível o

ingresso de descendentes de japoneses de até terceira geração no país. Para que isso ocorresse, houve uma considerável pressão de natureza social, política e econômica. A economia japonesa, embora já a sentir efeitos do estouro da bolha econômica em 90, continuava a carregar, principalmente nas pequenas e médias empresas do setor industrial, uma falta crônica de oferta de mão-de-obra não-qualificada. O Japão, diferentemente de países como a ex-Alemanha Ocidental e a França, por exemplo, seguiu adotando uma política restritiva em relação a entrada de trabalhadores estrangeiros para viabilizar seu forte crescimento econômico nos 60, 70 e 80¹. Com a reforma legal que abriu a brecha para os *nikkeis* (descendentes de japoneses) e para os *ginno jisshu sei* (estagiários), atendeu-se à pressão de grupos organizados de empresários sem desmontar o cerne desta política restritiva (Mori, 1994, p.33), além de atenuar o crescimento do número de migrantes ilegais. Setores políticos governistas também se mobilizaram no sentido de viabilizar a entrada dos descendentes de japoneses, os *nikkeis*, no país (Nojima, 1989). Os brasileiros representam a terceira maior população estrangeira no Japão, com 268.332, depois de coreanos (625.442) e chineses (335.575), conforme dados da Japan Immigration Association do final de 2002 (JIA 2003). Constituíram-se grandes concentrações populacionais, principalmente nas cidades industriais que abrigam as montadoras da indústria automobilística e de eletroeletrônicos. Um exemplo é a cidade de Toyota, na província de Aichi, que abriga a empresa do mesmo nome, assim como a indústria de autopeças a ela conectada. Outro setor que concentra trabalhadores brasileiros é de eletroeletrônicos, mas a presença destes trabalhadores tem se generalizado para outros setores da sociedade e por todas as províncias, principalmente nos empregos temporários e de contrato indireto, via empreiteiras.

Novas movimentações dentro da sociedade japonesa têm ocorrido no sentido de se introduzir mão-de-obra estrangeira no Japão. Existe a possibilidade de permissões de trabalho para setor de enfermagem aos trabalhadores de países do leste asiático (Filipinas, Tailândia, Malásia e Coreia do Sul), associadas à formação da área de livre comércio do Japão com esses países (Nikkei 2004). A principal federação japonesa das indústrias, a *Keidanren*, tem se pronunciado enfaticamente a favor da introdução de novos contingentes de trabalhadores estrangeiros no Japão, como forma de superar a já anunciada escassez de força de trabalho e para, conseqüentemente, dar novo dinamismo à economia japonesa neste século. Embora o texto da *Keidanren* se posicione

preocupada com a inserção, por exemplo, dos estrangeiros descendentes de japoneses em contratos de trabalho irregulares e da precarização das condições sociais desses grupos, e proponha também a limitação do visto para os mesmos a fim de evitar a marginalização dos mesmos, a contradição básica é que a pressão sobre custos de produção, onde se incluem os salários no sistema produtivo como um todo, é comandada em grande parte pelas próprias companhias federadas à *Keidanren*, sem contar que muitas absorvem a mão-de-obra brasileira em suas plantas e na das companhias afiliadas dentro da pirâmide de produção, através de empreiteiras com contratos de trabalhos bastante instáveis e sem segurança para o trabalhador. Ou seja, o centro de excelência do sistema têm se beneficiado da produção dessa força de trabalho embutida na periferia da mesma, tendo o papel de alimentadores e fatores causais da situação dos trabalhadores estrangeiros.

Uma análise mais acurada do movimento migratório e dos modos de incorporação dos brasileiros no Japão é importante também no sentido de se avaliar até que ponto o país está preparado para receber trabalhadores estrangeiros, considerando também a questão da inclusão/exclusão social em uma perspectiva de longo prazo. O presente trabalho é uma tentativa de compreender o espaço social que tem se formado entre os dois países como um espaço social transnacional, para refletir sobre a necessidade de uma agenda social, focado principalmente nos problemas do trabalho, que dê conta da dinâmica do processo migratório e dos problemas que ele nos propõe.

Formação de espaços sociais transnacionais

Como define Faist(2000:13), “Espaços sociais transnacionais são combinações de laços, simbólicos e sociais, posições em redes e organizações e redes de organizações que podem ser encontradas em pelo menos dois locais geográfica e internacionalmente distintos”. Uma outra importante característica é que estes espaços são desterritorializados, eles transgridem as fronteiras das nações-estado através de redes de pessoas que vivem em diferentes países. Ao mesmo tempo, estas redes pessoais e institucionais desterritorializadas viabilizam uma circulação de bens e pessoas através de diferentes países(Tsuda 2003 : 224-225).O sistema migratório dos brasileiros ao Japão tem como eixo a atuação de agentes de viagens, empreiteiras, laços sociais e familiares, além de uma gama de serviços como a mídia étnica, comércio de produtos alimentícios, serviços de telefonia, serviços bancários,

principalmente em centros com alta concentração de populacional de brasileiros em cidades como Toyota(Aichi),Hamamatsu(Shizuoka), Oizumi(Gunma). Jornais étnicos, como o International Press e o Tudo bem, têm concretizado a circulação da informação dentro da comunidade, funcionando como ponto de intersecção do mercado de trabalho através de seus classificados. O canal de televisão da International Press TV, que retransmite programas de televisão brasileiros e também grades com noticiários traduzidos dos jornais japoneses e também reportagens de dentro da comunidade brasileira, tem acelerado ainda mais este processo de circulação da informação.O desenvolvimento de serviços de telefonia internacional, como a Brastel, entre outros, tem reduzido significativamente os custos de comunicação entre os dois países. No caso desta companhia, sua influência na comunicação internacional tem extrapolado as fronteiras da comunidade latinoamericana, sendo utilizado por diversas comunidades estrangeiras no Japão, ao conectar os residentes no Japão, através do sistema de *call-back*, com mais de 240 países. Uma circulação bastante ativa de bens, pessoas, símbolos, tem se formado entre os dois países. É notável também, como já foi citado inúmeras vezes em textos acadêmicos e jornalísticos, o volume de recursos financeiros que os migrantes brasileiros enviam para o Brasil todos os anos. O relatório do IDB cita um volume de remessas anuais da ordem de 2,5 bilhões de dólares anuais dos brasileiros que vivem no Japão para o Brasil(IDB 2003). Além da presença de redes bancárias como o Banco do Brasil, novas parcerias entre bancos brasileiros e japoneses têm sido formadas com o intuito de atender à demanda por serviços financeiros.

A importância de se considerar a questão da formação dos espaços sociais transnacionais está no fato de que visões locais não parecem ser suficientes para abarcar a complexidade do processo migratório e das necessidades destes indivíduos. Como bem observa Sassen sobre os processos transnacionais, “Esta localização do global, ou do não-nacional, em territórios nacionais minam a dualidade chave corrente em muitos dos métodos e esquemas conceptuais prevalentes nas ciências sociais – de que o nacional e o não-nacional são duas condições mutuamente exclusivas”(Sassen 2001 : 187). Isto possui implicações também ao nível das políticas sociais, pois políticas calcadas em visões locais correm o risco de não serem eficazes justamente por não abarcarem a complexidade do problema a ser trabalhado.

Famílias Transnacionais

Através da variação do número de pessoas por tipo de visto, pode-se notar a troca de gerações, com o aumento dos descendentes de terceira geração e declínio dos de segunda(ver gráfico1). Ao mesmo tempo, sinais de uma fixação um tanto quanto ambígua dos brasileiros também podem ser notados, por exemplo, através do aumento do número de vistos permanentes(*Eiju* visa, ver gráfico 2).

Gráfico 1. Variação da população brasileira por tipo de visto

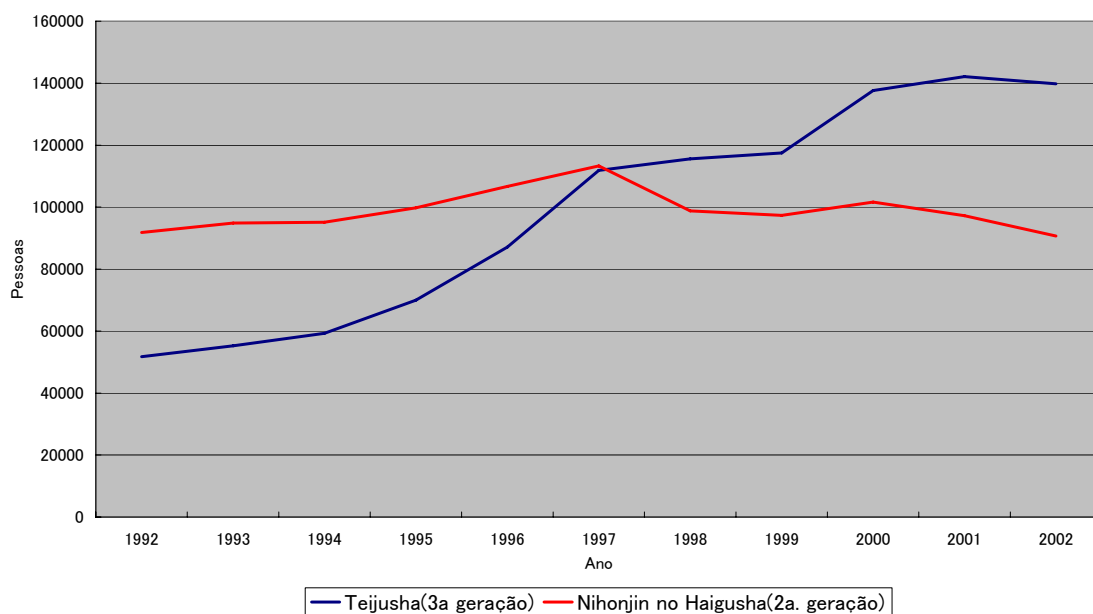
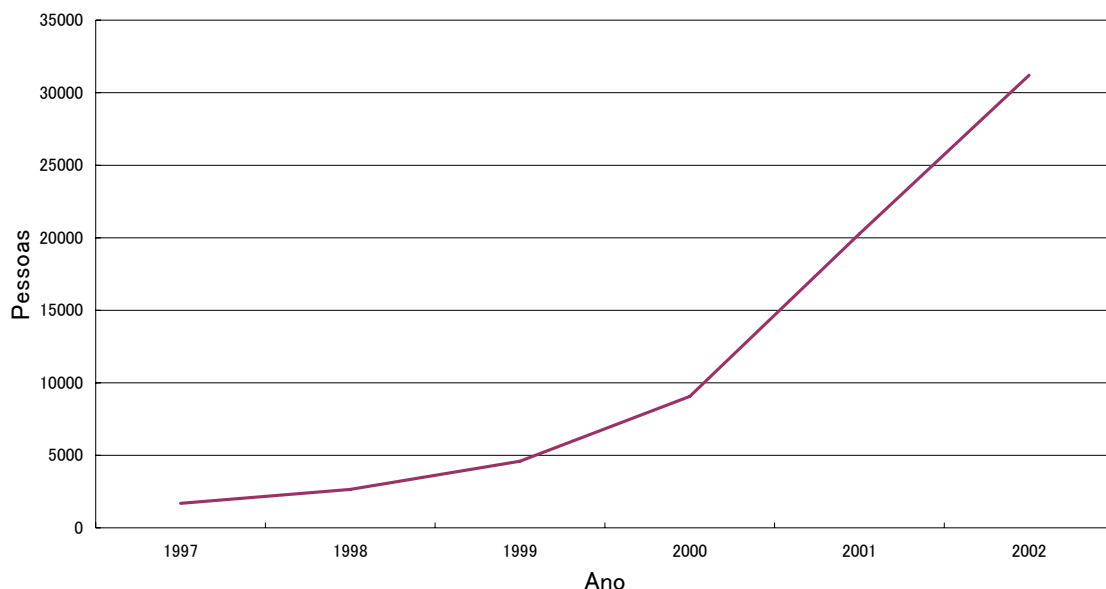


Gráfico 2. Número de vistos permanentes entre a população brasileira no Japão



Fonte – Japan Immigration Association

Contudo, em termos de planejamento do movimento migratório ao nível das famílias, a obtenção deste visto não significa necessariamente uma decisão de estada definitiva no Japão. Nas investigações de campo que tenho realizado, deparo-me com muitos entrevistados que possuem hoje o visto permanente, mas indagados se isto significava um plano de estada definitiva, a resposta foi muitas vezes indefinida ou de que seria para fugir dos periódicos trâmites burocráticos a que estão sujeitos os outros tipos de visto. Embora valha lembrar que, muitas vezes, o desejo manifesto pelos migrantes corra na direção oposta aos processos sociais efetivamente em curso.

O casal Davi e Janete², naturais do estado de São Paulo, residentes na cidade de Okazaki, Aichi, entrevistados em janeiro de 2004, vive no circuito Brasil-Japão desde 1990. Primeiro o marido, depois o casal veio ao Japão, e tiveram experiências de trabalho em construção civil, fábrica de pneus, fábrica de macarrão instantâneo, autopeças, entre outros. Para este casal, que tinha conseguido o visto permanente há 6 meses, o maior motivo para terem este visto era para que seu filho, que é de quarta geração, pudesse ter um visto de descendente de terceira geração, o que lhe permite ter um visto sem

² Todos os nomes de entrevistados utilizados neste texto são fictícios.

restrições quanto as suas atividades profissionais e de estada no Japão. Contudo, os planos para o futuro são difusos. O casal gostaria de montar uma farmácia no Brasil mas não possuem experiência anterior nesta atividade. Gostariam também que seu filho, hoje com 15 anos, fizesse uma faculdade no Brasil ou no Japão. Expressaram também a vontade ir a outro país, como Estados Unidos, Europa ou Portugal.

Ao focar a análise nos indivíduos e famílias, também podemos perceber a formação de esquemas transnacionais de migração, em que diferentes membros de familiares formam laços de solidariedade residindo em países distintos para atingir objetivos de médio e longo prazos. Um caso bastante interessante é o da família Nihei, entrevistado pelo pesquisador na província de Okayama e também na cidade de Guaíra, no Paraná.

Augusto Nihei foi para Okayama, em 1993, junto com seu irmão, através de uma agência de viagens sediada em Maringá, Paraná, que tinha conexões com a empreiteira Nippak, objeto de um estudo de caso do pesquisador(Urano 2004c). Na ocasião, sua irmã mais nova, que já se encontrava empregada na mesma companhia, apresentou-os à empresa, deu suporte financeiro e assistência para iniciar a vida no Japão. Augusto partilha com seu irmão todas as despesas de casa e agora dá suporte a esta irmã, que retornou ao Brasil e hoje vive com seu marido e dois filhos em Guaíra. O casal começou um pequeno negócio de design e impressão de adesivos para múltiplos usos. Para expandir seu negócio, o casal necessitava de uma máquina de impressão e corte de adesivos que custava 30 000 dólares. Este aparelho foi financiado através do trabalho dos irmãos Nihei, que trabalham em uma fábrica de autopeças . A expectativa é de que com a expansão do negócio, também eles possam participar no negócio criado pelo casal em Guaíra. Uma conexão de longo prazo se estabeleceu através da combinação de conexões entre agências de viagens e empreiteiras e se mantêm através de conexões e estratégias familiares. A queda nos salários, para os irmãos Nihei tem significado, ao invés de um desincentivo de suas estadas no Japão, um estímulo, uma reprogramação para capitalizar seu negócio no Brasil.

Outro ponto importante é que a vida pessoal e profissional do indivíduo fica atrelada à dinâmica do mercado de trabalho dos dois países. Em muitos casos, uma análise superficial pode identificar o comportamento migratório como uma sucessão de decisões equivocadas dos indivíduos, com sucessivas idas e vindas, abertura mal sucedida de negócios e alijamento do mercado de

trabalho. O presente artigo focaliza esta problemática sob um prisma diferente: o que existe, na realidade, é uma forte influência sobre o indivíduo e famílias da instabilidade empregatícia em um mercado de trabalho com força para ligar espaços geograficamente distantes, o que gera uma condição social frágil, com consequências na esfera do trabalho, da família, na ciclo de vida do migrante ao longo dos anos. Nem sempre, as estratégias individuais têm sido capazes de trabalhar com as pressões de ordem econômica, social e emocional geradas por esta condição, o que pode gerar consequências ao longo dos anos, também para a segunda geração gestada atualmente na comunidade brasileira no Japão. O fator causal maior precisa ser localizado nesta condição social de trabalhador temporário, alijado de muitos componentes de sua condição social no país de origem, como o status social, o convívio social e familiar. Vejamos o caso do Sr. Asanuma, 55, que viveu um gradativo processo de desagregação familiar, enquanto ele e os membros da família se deslocavam dentro do mercado de trabalho japonês e brasileiro.

No Brasil, depois de trabalhar como torneiro mecânico por muitos anos, Asanuma abriu, 1986, a sua própria fábrica. Os negócios caminhavam bem até que, com o Plano Collor, os pedidos zeraram. Para não ver a situação de sua empresa se agravar ainda mais, ele vendeu tudo barato e partiu para o Japão.

Encontrei o Sr. Asanuma e família pela primeira vez quando fazia uma cobertura como correspondente de um jornal étnico na região nordeste do Japão, em 1998. Antes disso, Asanuma havia estado sozinho no Japão de 1992 a 1993. Ele trabalhava nesta época em uma fábrica de processamento de camarões, com sua esposa e duas filhas. A filha menor, com 17 anos à época, estava no Brasil. Pelo fato de ser um serviço que lidava com os camarões congelados, suas filhas sentiam muitos problemas nas mãos, o que motivou a mudança da família para a região de Nagano. Em Nagano, Asanuma diz que conseguiu viver apenas 3 meses junto com a família, pois o seu local de trabalho era distante do de sua mulher e filhas. Depois, como tentativa de unir a família, transferiram-se todos para Aichi. As mulheres da família seguiram trabalhando em Aichi, com salários de 1000 ienes a hora em uma fábrica de componentes eletrônicos, enquanto Asanuma se mudou para Okayama, em busca de salários melhores. Foi quando o encontrei pela segunda vez, em 2001, por completo acaso, no escritório da empreiteira em que trabalhava e onde eu estava para fazer pesquisa de campo em local distante cerca de 800 quilômetros ao sul de onde o havia encontrado pela primeira vez. Nesta província, ele trabalhava na embalagem

de autopeças para serem despachadas para diferentes países do mundo e ganhava 1350 ienes a hora.

No caso de Asanuma, a busca por oportunidades no mercado de trabalho fez com que ele se distanciasse gradativamente do convívio familiar. Muitas vezes, torna-se difícil encontrar as melhores chances para todos os membros da família na mesma região, já que as chances de emprego possuem características regionais, o que acaba sendo um fator desagregador.

Para Asanuma, a ida ao Japão, em termos financeiros, foi boa. Mas “em termos de viver a vida, foi zero”. Não teve muito lazer, saía para ir ao mercado fazer compras. Um fato triste, pesado do ponto de vista emocional para ele, é que a família está separada. Isto ele enfatizou diversas vezes durante as entrevistas, tanto no Japão quanto no Brasil. A última vez em que encontrei Asanuma, em junho de 2004, ele estava vivendo com sua irmã e cunhado na região norte da cidade de São Paulo, uma filha se casou e está vivendo no interior do estado. Sua mulher e duas filhas continuavam a viver em Aichi, Japão, trabalhando em fábricas de componentes eletrônicos e processamento de alimentos. Atualmente, ele espera pelos trâmites do INSS para conseguir a sua aposentadoria no Brasil.

Asanuma resumiu da seguinte maneira sua experiência no Japão: “Pelo lado financeiro compensa, mas acabou com a família. Estas idas e vindas acabam abalando a família. A maioria dos homens acabam se separando da mulher. As coisas acabam caminhando para a separação. Nós nunca conseguíamos arrumar emprego num lugar só. Apesar disso, acho que ir de dekassegui salva muita situação e tenho sorte de ser descendente e poder ir para lá. Quando eu fui, fui a zero do Brasil. Então, o Japão permitiu uma recuperação”.

Para uma parcela dos migrantes, o Brasil passa a ser também uma espécie de local de inatividade, parte para se compensar do trabalho intensivo realizado nas fábricas japonesas, parte pela desprofissionalização e alijamento do mercado de trabalho. Em pesquisa de campo que realizei em Guaíra(PR), Londrina(PR) e Maringá(PR) e Presidente Prudente(SP), em maio e junho de 2004, alguns dos entrevistados estavam em suas casas inativos por um longo período, alguns por mais de um ano. Os motivos para este comportamento, na maioria das vezes, iam da obtenção de uma renda através de dinheiro poupado no Japão, como através de aplicação em imóveis, de incertezas para a abertura de negócios à falta de oportunidades no mercado de trabalho. A experiência migratória acaba sendo causadora de uma espécie de emprego/desemprego cíclico, atrelada ao mercado de trabalho dos dois países.

Ilustremos este fato com a fala de um ex-relojeiro de 50 anos que entrevistei no interior do estado de São Paulo, em Presidente Prudente, em junho de 2004. Ele foi pela primeira vez ao Japão em 1991 e desde então já foi mais duas vezes, trabalhou com montagem de autopeças, em fábrica de bolos, entre outras atividades. Relatou que o trabalho no Japão permitiu dar estudo aos filhos até a universidade no Brasil. À época da entrevista, estava estudando a possibilidade de abrir algum negócio na área alimentícia em sua cidade.

“No Japão não dá para ficar rico, mas dá pra gente tomar um fôlego. É aquele negócio, voltei para ficar, mas deixei tudo preparado para voltar para o Japão novamente. Deixei o reentry(visto de reentrada) preparado, se apertar, volto novamente para o Japão. Mas acho que uma hora esse negócio de ir para o Japão vai acabar”.

Para compreender a dinâmica a que estão sujeitos os brasileiros no mercado de trabalho japonês, é preciso atentar para a inserção dos mesmos no mercado de trabalho periférico no Japão.

Sistema de entrega just-in time de trabalhadores brasileiros

Uma combinação de fatores como a falta de estrutura de mão-de-obra nos setores manufatureiros, medidas legais catalizadoras do movimento migratório e a falta de uma política migratória definida deu origem ao sistema migratório entre o Brasil e o Japão em que agências de viagens e empreiteiras, além da rede informal de trabalhadores e familiares tem tido um papel central. Este sistema tem fornecido a força de trabalho dos migrantes brasileiros ao mercado de trabalho periférico japonês. No início dos anos 90, ainda havia uma tendência parcial, por parte de algumas companhias japonesas, de se contratar diretamente os brasileiros mas, atualmente, a grande maioria é contratada indiretamente através das empreiteiras. Há uma tendência muito forte do aumento do uso da mão-de-obra através de empreiteiras. Na indústria eletrônica, por exemplo, 67,2% das companhias tem utilizado empreiteiras(Sato 2002). Esta utilização tem sido associada aos usos flexíveis do trabalho. A flexibilidade do sistema produtivo tem sido enfatizada como uma das fontes da competitividade do sistema de produção japonês. E sistemas produtivos flexíveis requerem o uso flexível da força de trabalho. A flexibilidade é alcançada através do uso de diversos tipos de contratos de trabalho e determinação flexível da jornada de trabalho. As empreiteiras têm

incrementado seu papel no sistema produtivo japonês como um dos instrumentos para garantir tal flexibilidade. A força de trabalho brasileira está inserida neste contexto de uma forma significativa, e o mercado de trabalho destes migrantes continuará sendo fortemente atrelada a este tipo de relação empregatícia.

Recente estudo publicado por Higuchi e Tanno analisou a importância da estrutura institucional de *empregadoras* e *brokers* para compreender a continuidade dos fluxos migratórios de brasileiros para o Japão. Para eles, o emprego dos brasileiros está estruturalmente ligado ao mercado de trabalho periférico japonês. Apesar do processo de substituição de trabalhadores brasileiros por mulheres japonesas e idosos em setores como o da indústria de autopeças, a migração dos brasileiros tem se mantido. Um ponto importante que explica esta continuidade é o deslocamento de empregadoras para setores com menores salários e valor agregado dentro do mercado de trabalho periférico. Além disso, o emprego dos brasileiros através desse sistema de intermediação, tem tornado possível a entrega just-in-time de trabalhadores brasileiros para o mercado periférico japonês (Higuchi et al 2003). Alguns novos movimentos começam a ser ensaiados neste contexto, como a desregulamentação do mercado para as agências de empregos e o aumento da fiscalização para a inscrição do trabalhador brasileiro no Seguro Social, sobre os quais discorreremos a seguir.

Novas tendências no mercado de trabalho: agências de trabalho temporário, o Seguro Social

Em março de 2004, entrou em vigor a reforma da Lei que regula as agências de emprego temporário, que permitirá a atuação das mesmas no setor manufatureiro. A atividade das agências de empregos era vedada, até então, a ocupações como operários nas linhas de montagem do setor manufatureiro. Assim, o nicho de atuação das agências de empregos se concentrava em 26 categorias de trabalhos temporários em escritórios, tradutores, enfermeiras e outros.

Para os formuladores da política de geração de empregos do Japão, este foi um passo no sentido de aumentar as ofertas de emprego através da desregulamentação da economia. Contudo, devemos atentar para o fato de que novos padrões de concorrência entre empregadoras e agências de empregos podem levar a novos achatamento da renda dos trabalhadores, além

de uma flexibilização e instabilização do emprego ainda maior.

Ao mesmo tempo, anuncia-se, por parte dos órgãos fiscalizadores do trabalho, um maior rigor no controle e na exigência da inscrição dos trabalhadores estrangeiros empregados via empreiteiras no sistema de seguridade social(Miyakawa 2004).

Em entrevistas realizadas em 2003 e 2004 em empreiteiras da região de Aichi e Okayama, o pesquisador pôde identificar algumas tendências significativas. As empreiteiras têm assumido diferentes estratégias para fazer face a essas mudanças. Uma dessas empreiteiras, de grande porte, com sede em Aichi(Urano a, b), com mais de 3000 funcionários espalhados por diversas regiões do Japão, efetuou uma mudança de suas atividades para uma composição mista, em que atuará como empreiteira junto a alguns clientes, e como agência de emprego junto a outros, de acordo com as necessidades dos contratantes. Outra, de pequeno porte, na província de Okayama, optou pela manutenção do sistema de empreitagem, embora, de fato, tenha muitas características de uma agenciadora de mão-de-obra.

Em relação à inclusão dos trabalhadores no Seguro Social, tanto trabalhadores quanto empreiteiras têm estado bastante sensíveis à questão, pela implicação que isto possui nos lucros, custos e salários. Os custos de inscrição, as contribuições são arcadas meio a meio por trabalhadores e empregadores. Um dos fatores diferenciais que compõe os custos de alocação da força de trabalho brasileira é o fato de que a maioria das empreiteiras não inscreve seus empregados no Seguro Social japonês, que é composto pelo Seguro Saúde(*Kenko Hoken*) e a aposentadoria(*Kosei Nenkin*). Para os trabalhadores que pretendem se fixar no Japão, esta inscrição é um importante fator para que se atinja uma condição mínima de cidadania para permanecer no país. Contudo, para os que tendem a estar por um curto período, as perdas decorrentes dessa inscrição são consideráveis, já que, mesmo podendo usufruir do seguro saúde, não poderão usufruir plenamente da contribuição referente à aposentadoria. Aos estrangeiros, existe o dispositivo do Reembolso por desligamento (*Dattai Ichijikin*). O problema é que, o formato atual, em que os migrantes só conseguem resgatar até 3 anos de contribuição após o retorno ao país de origem, não atende satisfatoriamente às necessidades destes trabalhadores, constituindo um desestímulo a sua inscrição neste sistema.

O secretário-geral da Kanagawa City Union , sindicato de trabalhadores com cerca de 600 afiliados com sede na província de Kanagawa, dos quais muitos

são estrangeiros, sendo os peruanos o grupo majoritário, em entrevista concedida ao pesquisador em maio de 2004, descreve o problema da inscrição no Seguro Social como segue:

Entrevistador- O pessoal quer se inscrever no Seguro Social?

KCU - “É muito difícil essa questão. Eles (os estrangeiros) têm preferência pelo Seguro desemprego e o Seguro Social é preterido também pelos empregadores. Mas aos poucos há também lugares que estão se inscrevendo no Seguro Social.

Entrevistador – As autoridades dizem que vão intensificar a fiscalização...

KCU – Este problema da Aposentadoria e do Seguro Social é difícil. Os próprios jovens japoneses não querem entrar neste seguro. O seguro não é atraente. Para os trabalhadores latinoamericanos é muito menos atraente. Em certo sentido, estes trabalhadores não sabem se vão ficar para sempre no Japão. 25, 20 anos (de contribuição) é muito tempo. Pagar uma contribuição sobre a qual praticamente não haverá retorno, pois o que retorna são somente o correspondente a 3 anos.

Entrevistador – Além do fato de que o emprego é instável ...

KCU – Exato. Não se sabe se a pessoa vai se empregar durante 20 anos. Portanto, o Seguro Desemprego é atraente e o Seguro Social, não. Agora, se pretendem ficar por um longo período no Japão, é preciso concretizar cada uma dessas coisas. Sem contar o pagamento dos abonos, aumentos salariais, as coisas que são óbvias para os trabalhadores japoneses.

O sindicato descreveu ainda a entrada das agências de empregos nas linhas de produção do setor manufatureiro como sendo a entrada de leões(agências de emprego temporário) onde só havia lobos(empreiteiras). Para ele, não há benefícios para os trabalhadores, pois estes terão que se preocupar, daqui em diante, com lobos e leões ao mesmo tempo.

Grupos empresariais, como a Toyota Motors e suas afiliadas, começaram a se mover no sentido de introduzir, em suas linhas, trabalhadores contratados pelas agências temporárias de empregos(*Haken Gaisha*). De 2004 até março de 2007, o contrato de trabalho sob o regime de *Haken* nas linhas de produção está restrito a um ano somente. Depois disso, através de uma nova reforma legal prevista, este limite de tempo será alongado para três anos. Pode-se prever que a maneira como empreiteiras e agências de emprego se comportarão diante das novas regras do jogo irá determinar em grande

parte o emprego dos trabalhadores brasileiros no mercado de trabalho japonês e a segmentação deste mercado nos próximos anos.

Considerações finais

A extensão do sistema de Reembolso por Desligamento do Seguro Social para um maior número de anos pode ser uma das soluções para que o pagamento do Seguro Social japonês se torne uma atitude racionalmente atraente para os trabalhadores temporários brasileiros. Outra saída seria a de encontrar alguma forma de equalização, equivalência entre os sistemas previdenciários brasileiro e japonês, através de acordos bilaterais. Contudo, em um momento em que os sistemas previdenciários de ambos os países passam por dificuldades na equalização das suas próprias contas, pode parecer detalhismo ou um problema menor a solução envolvendo migrantes em situações específicas. Mas, levando-se em conta que o atual governo brasileiro tem se pronunciado a favor de uma política migratória mais ativa como parte da política de empregos do país, uma consideração mais aprofundada dos processos migratórios já existentes é uma tarefa que precisa ser realizada até mesmo como pré-condição para quaisquer políticas pró-ativas de migração consequentes no futuro. Outro ponto importante está relacionado ao asseguração da cidadania no mundo globalizado. Como foi apontado ao longo do texto, pensar a questão do migrante somente a partir do dilema do migrante “não sei se fico ou se volto para casa”, não basta para dar conta das questões sociais que a condição migrante suscita. A compreensão da dinâmica pendular e recorrente do migrante, consequência de atrações e repulsões estruturais que transcendem a esfera do indivíduo, embora nela estejam espelhadas, é também uma tarefa da qual não se pode esquivar, tanto ao nível local, como nacional e global. A validade da identificação e análise dos espaços sociais transnacionais não se limita, ao meu ver, em sua dimensão teórica. O fato que melhor justifica este percurso é que a vida dos migrantes está constituída de uma forma transnacional, sendo que isso exige, de pesquisadores, governos locais e nacionais, a desconstrução e reconstrução de seus instrumentos de investigação e política social, de forma a garantir uma nova cidadania aos indivíduos que vivem no fio da navalha entre países tão distantes, dentro do mundo globalizado.

Bibliografia

Faist, Thomas(2000) Economic activities of migrants in Transnational Social Spaces, em Minorities in European Cities, Sophie Body-Gendrot and Marco Martiniello(ed), Centre for Research in Ethnic Relations, University of Warwick.

Fujizaki, Y. (1992) Dekasegi nikkei gaikokujin rodosha, Akashi shoten.

IDB - Inter-American Development Bank - (2003) Sending Money Home : an international comparison of remittance markets.

Japan Immigration Association (JIA 1993-2003) Statistics on the foreigners registered in Japan.

Higuchi N. e Tanno K. (2003) "What's Driving Brazil-Japan Migration? The making and remaking of the Brazilian Niche in Japan", International Journal of Japanese Sociology, No. 12.

Keidanren(2003), Interim Recommendations on Accepting Non-Japanese Workers - Bring Dynamism of Diversity into Japan by Opening Doors to Transnational Human Resources.

Miyakawa, A. (2004) "Kaisei-ho Shiko Go Wa, Shido, Kantoku wo Kyoka" (After the enforcement of the revised law, intensification of orientation and supervision - Interview), Jinzai Business,v.210, Tokyo, January 1st .

Mori, K. (1994)"Gaikokujin rodosha no rekishiteki iso" , Shakai Seisaku Gakkai Nenpo Vol. 38, Ocha no Suishobo, 1994.

Nihon Keizai Shimbun – Nikkei(2004) "Kango to kaigo bubun kaiho(Partial liberalization for nursing care)", July 1st .

Nojima, T. (1989) " Susumetai nikkeijin no tokubetsu ukeire" , Gekkan Jiyu Minshu, Outubro, pp.92-99.

Sassen, S.(2001) "Cracked casings – Notes towards an analytics of studying transnational processes" in Ludger Pries(ed), New Transnational Social Spaces, Routledge, London and New York.

Sato, H.(2002) 'Konai Ukeoi Kigyo no Keiei Senryaku to Jinji Senryaku ni Kansuru Chosa'(Research on the Managerial strategies and personal management strategies of In-plant subcontractor companies) , SSJ Data archive research paper series, Tokyo.

Tsuda, T. (2003) Strangers in the Ethnic Homeland – Japanese Brazilian Return Migration in Transnational Perspective, Columbia University Press, New York.

Urano,E.I.(2003a) In the limits of flexible labour : Brazilian migrants and subcontractors in Japan, 21st Annual International Labour Process Conference, 14-16 April, University of West England, Bristol,UK.

Urano, E.I. (2004b) 'The relationships between subcontractors and Brazilian migrants in Japan', Journal of Labor Sociology, Tokyo: Japanese Association of Labor Sociology(em japonês).

Urano,E.I.(2004c) Brazilian Migrants and Labour Flexibility: A Comparative Analysis of Japanese Subcontractor Companies, IREC 2004- Industrial Relations in Europe Conference, 26-28 August, Utrecht University, The Netherlands.
